

Bloco quer mais habitação pública e suspensão de novos AL nas freguesias mais afetadas para baixar custos às famílias

António Lima considera que o governo da coligação não está a fazer o suficiente para enfrentar a crise da habitação, por isso o Bloco defende mais investimento na construção de habitação pública e propõe a suspensão de novas licenças para Alojamento Local nas freguesias em que existe maior pressão. O objetivo é garantir mais casas no mercado para baixar os custos para as famílias.

“A crise da habitação passa e o governo fica apenas a ver”, afirmou o deputado do Bloco, assinalando o enorme aumento de custos nos últimos anos: “o valor mediano de venda de habitações nos Açores em 2019 era de 779 euros por m² hoje é de 1145 euros, e o mesmo se passa com o arrendamento”.

António Lima lamenta que o governo faça mais propaganda do que casas: “se por cada nota de imprensa que o governo faz sobre mais um concurso ou um contrato já teríamos o problema resolvido”.

No debate do Orçamento para 2025, o líder parlamentar do Bloco apontou que “o PRR é uma gota de água para resolver a crise da habitação” e acrescentou que “novos investimentos em habitação pública para o período pós-PRR já deviam estar a ser preparados.

Mas o governo da coligação segue um caminho contrário, anunciando a venda de “imóveis da Região, que já deviam estar a ser reabilitados para criar habitação pública”.

António Lima lembra que há freguesias com um número de Alojamentos Locais demasiado elevado: em Santo Amaro, no Pico, 25% das casas são AL, nas Furnas são 13% e em Ponta Delgada há várias freguesias com mais de 10%.

“Não há construção de habitação pública que surta efeito quando ao mesmo tempo centenas de casas deixam de ser casas onde pode viver gente para passarem a ser alojamento temporário para turistas”, afirmou o deputado.

Por isso, o Bloco propõe a suspensão de novas licenças de AL nas freguesias que ultrapassem 2,5% das habitações com esta finalidade.

Além disso, o Bloco vai propor alterações ao programa Famílias com Futuro, para que a candidatura a este apoio possa feita a qualquer altura do ano e para aumentar o limite máximo da renda, para que possa abranger mais famílias.

27 de novembro de 2024
